

## **Migração, emprego e projeções demográficas para o Estado de São Paulo: pesquisa regional por amostra domiciliar\***

**Neide Patarra\*\*  
Rosana Baeninger\*\*\*  
Lúcia M. M. Bógus\*\*\*\***

O principal objetivo desta pesquisa consistiu na análise dos movimentos migratórios no Estado de São Paulo, referidos ao conjunto das transformações observadas na sociedade brasileira nos últimos 20 anos, bem como aos processos específicos da realidade paulista, visando subsidiar a elaboração de projeções demográficas para o estado. Além disso, o projeto ressaltou a questão metropolitana no interior, especialmente nas regiões de Campinas e Santos.

Este foi também o primeiro esforço de diagnóstico dos processos migratórios no contexto regional paulista a partir de pesquisa por amostra domiciliar. Tendo em conta os processos de urbaniza-

ção e de redistribuição espacial da população no estado, e considerando estudos anteriores e o próprio levantamento de campo, é proposta aqui uma regionalização do Estado de São Paulo, apontando as novas modalidades de deslocamentos populacionais e evidenciando as principais características socioeconômicas da população residente migrante e não-migrante.

A regionalização proposta, contemplando as regiões metropolitanas (São Paulo, Campinas e Santos), as sedes regionais do interior e municípios pequenos, permitiu análises comparativas que apontaram novos fenômenos e dimensões constitutivas do processo de urbanização recente.

O papel desempenhado por cada região no processo de desenvolvimento econômico do estado foi, em grande parte, responsável pela configuração dos fluxos migratórios intra-estaduais, bem como pela determinação das regiões que dividiram com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) a recepção dos fluxos intra e interestaduais. De fato, pelos dados do levantamento domiciliar, foi possível verificar uma proporção maior de migrantes intra-estaduais para a RMSP nos anos 80, diferentemente de outras décadas, que marcaram a chegada de enormes con-

---

\* Projeto temático de pesquisa desenvolvido entre agosto de 1991 e dezembro de 1995 no âmbito do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do Núcleo de Estudos de População (NEPO) desta Universidade e do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP, com financiamento da FAPESP e apoio do CNPq.

\*\* Coordenadora do projeto, professora do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) desta Universidade.

\*\*\* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

\*\*\*\* Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

tingentes provenientes de outros estados.

Nossa proposta de regionalização parte da divisão do Estado de São Paulo em regiões de governo, agrupando-as, a partir de características comuns, em três regiões metropolitanas e sete grandes regiões interioranas, que se apresentam um pouco diferentes das atuais regiões administrativas. O desenho amostral privilegiou as sedes das regiões de governo do interior, que foram agrupadas nas seguintes regiões:

Região 1	SOROCABA, Itapetininga, Botucatu, Avaré, Itapeva e Registro
Região 2	CAMPINAS(), Jundiaí, Piracicaba, Bragança Paulista, Limeira, Rio Claro, São João da Boa Vista
Região 3	RIBEIRÃO PRETO, Franca, Barretos, São Joaquim da Barra, São Carlos e Araraquara
Região 4	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, Catanduva, Fernandópolis, Jales, Votuporanga, Araçatuba e Andradina
Região 5	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Cruzeiro, Guaratinguetá, Taubaté e Caraguatatuba
Região 6	BAURU, Jaú, Lins, Marília e Ourinhos
Região 7	PRESIDENTE PRUDENTE, Dracena, Adamantina, Tupã e Assis

Do conjunto das transformações urbanas, as formas de inserção no mercado de trabalho, as condições de habitação e acesso aos serviços do entor-

no domiciliar e as alterações na composição familiar constituem elementos fundamentais para o entendimento das mudanças demográficas e socioeconômicas em curso.

Nesse contexto, as novas modalidades de deslocamento espacial da população colocam em questão o próprio conceito de migração. As clássicas formulações acerca dos processos migratórios, definidos como a mudança de residência permanente de um município para outro, surgem num período marcado, majoritariamente, por deslocamentos de tipo rural-urbano, com alterações nos padrões de comportamento social, reprodutivo, bem como no universo das representações. No Brasil de hoje, com contextos largamente urbanizados e áreas rurais impregnadas de uma crescente modernidade, os movimentos migratórios passam a apresentar novas características. De movimentos migratórios rurais-urbanos transformam-se em deslocamentos, em sua maioria, entre núcleos urbanos; em vez dos movimentos de longa distância, passam a predominar os deslocamentos de curta distância; em vez da predominância de movimentos migratórios de pequenos municípios rumo às metrópoles, assiste-se a uma crescente busca por cidades médias e de porte intermediário, indicando que a qualidade de vida tornou-se um dos elementos na decisão de migrar. Finalmente, os movimentos migratórios marcados pela condição de pobreza passam a mesclar-se com os fluxos migratórios das populações de renda média e alta, já adquirindo algum destaque os deslocamentos de uma popu-

(1) O município de Campinas é o único que aparece duas vezes nas análises da pesquisa, pelo fato de estar inserido em duas dinâmicas socioespaciais distintas. Assim, além de ser sede da Região Metropolitana de Campinas, ele também polariza uma vasta região que não deve ser estudada desconectadamente do pólo regional. Por esse motivo, a pesquisa optou por um procedimento metodológico que contempla o estudo da Região Metropolitana de Campinas, mediante a análise de todos os municípios a ela pertencentes, e o estudo da Região de Campinas, que agrupa as sedes das sete regiões.

lação envelhecida, fruto de alterações observadas em anos recentes no padrão demográfico brasileiro.

Num quadro teórico-metodológico marcado por crises paradigmáticas, a reelaboração de conceitos coloca-se como uma das principais tarefas do cientista social. No caso da migração, as variações empíricas encontradas criam a necessidade de novas definições e de novas abordagens para tratar da situação do migrante. É necessário rever as formulações tradicionais, fundadas em uma determinação econômico-industrial dos fluxos migratórios, fruto de uma etapa do desenvolvimento capitalista no Estado de São Paulo, onde a desconcentração da indústria foi apontada como o principal marco das alterações demográficas observadas.

Os anos 90 iniciam-se sob a égide de uma nova dinâmica setorial, na qual a indústria perde dinamismo e o Setor Terciário passa a constituir fator importante na retenção de uma população que potencialmente migraria. Além disso, o volume dos fluxos migratórios tende a diminuir num contexto em que a mudança de emprego não implica, necessariamente, mudança de residência, ampliando a rede de deslocamentos pendulares intra-regionais, intra e intermetropolitanos.

No que diz respeito às alterações observadas nos modos de vida das populações urbanas, aspectos ligados à qualidade ambiental, à segurança e à acessibilidade (serviços, transportes, infra-estrutura) provocaram um aumento na demanda por áreas urbanas não-metropolitanas, apontando a recuperação demográfica de certas regiões do interior, notadamente das mais equipadas e servidas pelas principais rodovias e também pela hidrovía Tietê-Paraná. O Censo Demográfico de 1991 indica o adensamento populacional dos municípios situados no entorno dos três principais eixos rodoviários do estado: Anhangueira, Bandeirantes e Castelo Branco.

Finalmente, cabe ressaltar a importância do contexto regional para a compreensão da dinâmica urbano-populacional, uma vez que a localização geográfica e a inserção econômica de determinado município lhe conferem características próprias, independentemente do tamanho de sua população. A busca de "vocações regionais" vem marcando o cenário político paulista, direcionando investimentos, alocando e realocando a população.

Esse novo perfil do urbano paulista pôde ser apreendido, primeiramente, nas visitas que fizemos às várias regiões do estado, onde foram realizados levantamentos de caráter qualitativo com agentes institucionais. Os relatórios de campo, uma vez complementados com uma contextualização demográfico-regional, foram publicados nos *Textos NEPO* (Série Migração em São Paulo) e constituíram suporte para a formulação de políticas locais (subsídios para o Plano Diretor das Prefeituras), bem como para o contínuo diálogo com a sociedade civil (através de demandas advindas de escolas públicas, setores da Igreja católica etc.). Tais levantamentos trouxeram, ainda, importantes subsídios para a elaboração do plano amostral da pesquisa domiciliar.

O plano amostral da pesquisa foi elaborado a partir da contagem domiciliar, com base nos dados do Censo Demográfico de 1991, garantindo a cobertura de 12.660 domicílios distribuídos pelas diferentes regiões do estado, incluindo os municípios sedes das regiões de governo, as três regiões metropolitanas e um município com menos de 20 mil habitantes em cada uma das regiões, totalizando cerca de 150 municípios. O formulário apresentou 171 quesitos, colhendo informações sobre características demográficas e socioeconômicas da população, tais como idade, sexo, *status* migratório, composição do grupo familiar, formas de inserção no mercado de trabalho, condição de habitação, acesso

a serviços e equipamentos urbanos, condição e história migratória dos chefes de família, além da avaliação subjetiva dos respondentes com relação aos problemas nacionais, motivação para mudança de residência, preferência por quais localidades etc.

Para facilitar a leitura dos dados e a localização espacial, optou-se por denominar cada uma das regiões estudadas pelo nome do município de maior dinamismo regional. Os domicílios amostrados foram assim distribuídos:

Áreas	Número de Domicílios na Amostra
RMSP	4.106
RM Campinas	982
RM Santos	929
R1 – Sorocaba	665
R2 – Campinas	1.259
R3 – Ribeirão Preto	897
R4 – São José do Rio Preto	737
R5 – Vale do Paraíba	696
R6 – Bauru	550
R7 – Presidente Prudente	438
Pequenos Municípios	1.407

A avaliação do modelo amostral testado permite apontar algumas vantagens em relação a outros levantamentos. Diferentemente da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), realizada pelo IBGE, que contempla apenas a região metropolitana e o conjunto do interior, a amostra adotada possibilitou a desagregação das regiões do interior em sete grandes áreas, bem como a cobertura em todos os municípios pertencentes às três regiões metropolitanas paulistas (37 municípios na RMSP; 23 municípios na RM Campinas; 9 municípios na RM Santos), favorecendo análises desagregadas para o conjunto das variáveis levantadas.

Como fonte de dados, a pesquisa destaca-se, comparada aos censos demográficos, pela maior agilidade no processo de coleta, processamento e divul-

gação dos resultados. O Censo Demográfico de 1991 somente agora começa a divulgar os resultados sobre migração, ao passo que a totalidade das informações de nossa pesquisa de campo, realizada entre setembro e dezembro de 1993, já foi processada, iniciando-se, agora, a sua divulgação. Depreende-se daí a importância de levantamentos intercensitários com a seleção de amostras representativas para as variáveis estudadas. Nesse sentido, reforça-se a recomendação da realização de estudos periódicos da mesma natureza desta pesquisa, tendo em vista a aderência apresentada entre seus resultados e aqueles já divulgados pelo Censo Demográfico de 1991, notadamente a estrutura de sexo e idade, incorporadas as alterações transcorridas nos primeiros anos da década de 90.

Comparada ainda com os dados censitários, a pesquisa se destaca por permitir reunir informações sobre a trajetória migratória dos chefes de domicílio no período de 1980 a 1993, bem como sobre o número de mudanças realizadas, a inserção no mercado de trabalho antes e depois da migração, as causas da migração, a percepção sobre a vida urbana, o acesso diferencial de migrantes e não-migrantes a serviços urbanos básicos e sobre os deslocamentos pendulares – quesito, aliás, que não foi incluído no Censo Demográfico de 1991.

O levantamento amostral privilegiou a concentração urbana, contemplando os municípios de maior expressão regional e as áreas metropolitanas. Tratou-se, entretanto, de um recurso analítico, tendo em vista apreender a dinâmica das regiões a partir de suas áreas com significativo desenvolvimento. Tal procedimento não levou a que se desconsiderasse a importância do meio rural e dos pequenos aglomerados urbanos, localidades que compõem o próprio dinamismo das cidades.

O recorte temático para análise das informações pautou-se na seleção

de variáveis que possibilitassem uma caracterização geral da população e dos fenômenos estudados. As análises tiveram como foco a comparação entre chefes migrantes e não-migrantes nas distintas regiões do Estado de São Paulo.

### **Análises e perspectivas**

Os dados do levantamento de campo permitiram apreender mudanças na composição dos movimentos migratórios: o volume da migração interestadual apresentou, em termos relativos, menor participação no total dos movimentos para todas as regiões, inclusive para a Região Metropolitana de São Paulo; além disso, destaca-se a enorme contribuição dos movimentos migratórios intra-regionais, principalmente para as regiões de São Paulo, Campinas e Santos.

Esses dados corroboram a hipótese da prevalência de deslocamentos de curta distância nos anos 80, bem como da presença de pendularidade nas regiões metropolitanas, onde cerca de 20% dos chefes amostrados apresentavam local de trabalho diferente do local de residência; nas regiões do interior, essa média situa-se em torno dos 10%. Além disso, os resultados da pesquisa indicaram que cerca de 60% dos chefes migrantes mudaram apenas uma vez de município de residência entre 1980 e 1993; 10% deles, duas vezes, e os 30% restantes, três vezes ou mais.

Nesse contexto, ganham força análises que levam em consideração o patamar de urbanização alcançado pelo conjunto das regiões do Estado de São Paulo, processo este que garantiu às dinâmicas econômico-regionais capacidade para reter, e até mesmo atrair, contingentes populacionais.

Considerando-se os chefes de domicílios (migrantes e não-migrantes) segundo setores de atividades, foi possível verificar que a inserção no mercado de

trabalho está bastante associada às características regionais, embora a condição de ser ou não-migrante ainda determine, em grande medida, uma inserção diferencial. Por exemplo, no caso das três regiões metropolitanas, pôde-se observar que os chefes migrantes apresentaram menor participação no setor industrial; por outro lado, destaca-se a maior participação desses chefes no setor da construção civil, principalmente em São Paulo e Santos.

Embora se tenha encontrado, para o total da amostra, a presença de chefes migrantes distribuídos nos diferentes grupos socioeconômicos considerados (classes A, B, C, D e E), notou-se ainda uma evidente concentração nas classes D e E. Apenas no caso das regiões de Campinas e de São Paulo foi detectada maior presença de migrantes nas classes A e B, indicando maiores níveis de qualificação profissional.

No que diz respeito à relação família/trabalho/migração, destaca-se, entre os migrantes, a manutenção de padrões tradicionais de família, com a presença do chefe provedor, apesar da inserção das mulheres cônjuges e dos filhos no mercado de trabalho. Por outro lado, como a pesquisa – em seu delineamento geral – era voltada fundamentalmente para a investigação das condições de vida e de trabalho dos migrantes em seu novo local de residência, no que se refere à caracterização da família, importava verificar em que medida a condição migratória do chefe introduz diferenças na composição e organização do grupo doméstico, nos seus padrões de residência, no ritmo de seu ciclo vital. Por sua vez, os perfis de família assim obtidos foram reveladores de modos de inserção socioeconômica dos migrantes nas distintas regiões do Estado de São Paulo.

A consideração da dimensão espacial na distribuição dos serviços de infra-estrutura urbana foi fundamental para compreendermos que, de modo

geral, as diferenças regionais são as maiores responsáveis pelo maior ou menor atendimento da demanda por serviços urbanos e sociais, já que quando estes serviços existem, o percentual de população atendida, mesmo sendo migrante, acaba sendo superior ao das áreas mais carentes em infra-estrutura.

De fato, no que tange à qualidade de vida urbana no Estado de São Paulo, mensurada a partir das variáveis selecionadas, a máxima "*small is beautiful*" não corresponde à realidade: a pesquisa demonstrou que a qualidade de vida urbana decresce nos pequenos municípios e que os maiores índices foram registrados nas áreas metropolitanas. Foi possível ainda estabelecer uma associação entre o porte do núcleo urbano e a qualidade de vida oferecida. A região de Campinas foi a área que apresentou maior proporção de indicadores adequados para o conjunto do interior, seguida das regiões de Ribeirão Preto, São José dos Campos, Bauru e Sorocaba. As regiões com piores níveis de qualidade de vida urbana foram São José do Rio Preto e Presidente Prudente, além dos pequenos municípios, como já mencionado anteriormente.

Apesar de todos os problemas apontados para o grupo dos migrantes, a maior parte dos chefes declarou que houve melhora significativa de suas condições de vida após a mudança para o município de residência atual. Dentre os fatores responsáveis pela melhoria da situação familiar foram mencionados, principalmente, as maiores oportunidades de emprego e os melhores salários; a possibilidade de obtenção de casa própria e a maior facilidade de acesso a serviços médico-hospitalares, sobretudo nos centros de porte médio. Aliás, considerando-se o total da amostra, cerca de 80% dos chefes estudados manifestaram a preferência pelas cidades médias como local de residência, pela qualidade de vida que estas proporcionam.

Em complementação a essas análises, outros textos foram elaborados visando à comparação entre os dados da pesquisa e aqueles provenientes de alguns cadastros de informações. No caso do cadastro eleitoral, observou-se uma grande consistência entre as proporções de eleitores, o que corrobora a consistência das informações levantadas pela pesquisa e indica a possibilidade de generalização a partir da amostra estudada. Buscou-se ainda comparar os resultados relativos à escolaridade e escolarização (porcentagem de estudantes que freqüentam escola) com os apresentados pelo Censo Demográfico de 1991, pela PNAD de 1990 e pelas Estatísticas Educacionais de 1990 e 1992.

A semelhança observada entre resultados obtidos a partir de instrumentos diferenciados vem reforçar a importância da realização de levantamentos amostrais intercensitários para inferir características do universo populacional. A pesquisa regional por amostra domiciliar realizada possibilitou, ainda, apreender as especificidades regionais, subsidiando os estudos de regionalização e as projeções demográficas. Nesse sentido, pesquisadores da equipe básica da pesquisa foram recentemente solicitados a debater com técnicos da Fundação SEADE, no seminário Subsídios para a Construção de Hipóteses de Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo, tendo em vista a elaboração das projeções populacionais para as próximas décadas. Nessa oportunidade foram divulgados alguns resultados da pesquisa, a qual foi mencionada como importante fonte de informações, especialmente em relação às tendências migratórias, e cujos procedimentos metodológicos foram indicados como modelo para outros levantamentos da mesma natureza.

A metodologia utilizada na elaboração da amostra, privilegiando ao mesmo tempo a concentração urbana (no caso das sedes regionais) e a expansão metropolitana (nos casos de São Paulo,

Campinas e Santos), possibilitou captar processos socioeconômicos e demográficos de maneira diferenciada e dinâmica, complementando o conhecimento obtido a partir de outros levantamentos tradicionais. Dada a riqueza das infor-

mações obtidas, algumas delas inéditas, encontra-se em andamento a preparação de uma publicação, que contará com textos de vários pesquisadores envolvidos na temática, onde poderemos divulgar os principais resultados da pesquisa.

(Recebido para publicação em junho de 1996)